

CDD OBSERVA O HISTÓRICO *JUDGEMENT DAY* DO MALAWI

Tribunal Constitucional anula “vitória” de Peter Mutharika e marca nova eleição em 150 dias



1. Do veredicto

O painel de cinco (5) juizes do Tribunal Constitucional (Con-court) do Malawi tomou a decisão histórica de anular os resultados da eleição presidencial realizada no dia 21 de Maio de 2019. Os resultados anulados na segunda-feira, 03 de Fevereiro, tinham sido anunciados a 27 de Maio de 2019, pela Presidente da Comissão Eleitoral do Malawi (MEC), Jane Ansah, e declaravam Peter Mutharika como Presidente do Malawi.

Num documento de cerca de 500 páginas, fonte 14, lido em inglês, com tradução simultânea para a principal língua nacional, Chichewa, o Presidente do Con-court, Justice Healey Potani, disse:

- “A Comissão Eleitoral do Malawi (MEC) demonstrou incompetência”¹;
- “Houve sistemáticas, vastas e graves irregularidades”;
- “O anúncio da MEC que declara Peter Mutharika como vencedor não

podia ser confiado como respeitando a vontade dos malawianos”²;

- “Consequentemente, o primeiro respondente não foi eleito Presidente do Malawi nas eleições de 21 de Maio”³;
- “Como resultado, a decisão de anulação da tal eleição presidencial. Decidimos ainda a realização de nova eleição para o cargo de Presidente da República”⁴;
- “O Parlamento deve se reunir rapida-

¹ MEC Demonstrated incompetence

² The announcement by the MEC that declared Peter Mutharika the winner could not be trusted as the will of the people of Malawi.

³ Consequently, the first respondent was not elected as president of Malawi during the 21st elections.

⁴ In the result, we hereby order the nullification of said presidential elections. We further order that a fresh election to the office of president be held

mente para aprovar leis que garantam que o vencedor conquiste 50+1 por cento dos votos”⁵;

- “A Comissão de Recrutamento do Parlamento devia olhar para a conduta da MEC para assegurar que a

próxima eleição presidencial seja justa e livre”⁶

2. Implicações imediatas do veredicto

Apesar de ter anulado a eleição presidencial, os actos praticados pelo Presidente Peter Mutharika não foram revogados. Mas o seu governo cessa funções. Com este veredicto do Con-court, Peter Mutharika mantém-se no poder durante o período de transição, ou seja, até ao anúncio dos resultados das novas eleições a realizarem-se dentro de 150 dias. O ex-vice-Presidente, Saulos Chilima, que saiu do DPP para fundar seu próprio partido,

o *United Transformation Movement* (UTM), pelo qual concorreu na eleição presidencial de 21 de Maio, regressa ao poder, como vice-Presidente de Peter Mutharika.

A Constituição malawiana permite que o vice-Presidente se mantenha no cargo mesmo depois de abandonar o partido pelo qual foi eleito para criar seu próprio partido e/ou filiar-se a um outro já existente.

Na história do Malawi, o Presidente e vice-Presidente nunca tiveram boas relações. Na verdade, as boas relações terminam logo que a campanha eleitoral termina. Saulos Chilima, que ficou em terceiro lugar na eleição presidencial de Maio de 2019, é um dos maiores beneficiários do veredicto do Con-court. Regressa ao poder e terá acesso aos recursos do Estado para relançar-se na corrida presidencial dentro de 150 dias.

3. Afinal, o que aconteceu no Malawi?

Em Maio de 2019, os malawianos foram às urnas eleger o Parlamento e o Presidente. Três candidatos disputavam a Presidência: Peter Mutharika, concorria à própria sucessão pelo DPP e tem no currículo o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros exercido quando o seu irmão, Bingu wa Mutharika, era Presidente da República; o então vice-Presidente, Saulos Chilima, que concorria pelo recém-criado *United Transformation Movement* (UTM); e Lazarus Chakwera, do *Malawi Congress Party* (MCP), o partido que, sob a liderança de Hastings Banda, levou Malawi à Independência Nacional em 1964. O MCP perdeu o poder nas eleições fundadoras da democracia malawiana em 1994. Desde essa altura tem estado na oposição, mas quase voltou ao poder em 2009.

Esta foi a sexta vez que os malawianos foram chamados a votar em eleições presidenciais, depois de 1994, 1999, 2004, 2009 e 2014. Com uma população de

18,62 milhões de habitantes, foram recenseados 6.859.570 eleitores e a afluência às urnas foi de 74,44%, uma das maiores de África.

O sistema eleitoral determina que para a eleição presidencial é declarado vencedor o candidato que tiver maior número de votos. Esta é uma distorção do sistema maioritário, onde o primeiro passa para frente⁷. Esta distorção foi feita há 20 anos, na eleição de 1999, quando juizes do Tribunal Supremo – perante o pedido de interpretação do princípio de maioria feito pelo então candidato do MCP, Gwanda Chakuamba – decidiram que uma maioria simples era bastante para a declaração do vencedor da eleição presidencial. Por isso, com apenas 38.57% dos votos, Peter Mutharika foi declarado vencedor nas eleições do ano passado. Obteve apenas 3.16% acima do segundo candidato mais votado, Lazarus Chakwera, que teve apoio da ex-Presidente Joyce Banda, do *People’s Party*.

Tabela 1: Resultados da Eleição Presidencial de 21 de Maio

Candidate	Party	Votes	%
Peter Mutharika	Democratic Progressive Party	1,940,709	38.57
Lazarus Chakwera	Malawi Congress Party	1,781,740	35.41
Saulos Chilima	United Transformation Movement	1,018,369	20.24
Atupele Muluzi	United Democratic Front	235,164	4.67
Peter Kuwani	Mbakuwaku Movement for Development	20,369	0.40
John Eugenies Chisi	Umodzi Party	19,187	0.38
Hadwick Kaliya	Independent	15,726	0.31
Invalid/blank votes		74,719	–
Total		5,105,983	100
Registered voters/turnout		6,859,570	74.44
Source: MEC			

⁵ the parliament to move pace to ensuring that it puts in place laws that the winner gets 50+1% of total vote cast.

⁶ the public appointments committee of the Parliament should look at the conduct of the current MEC to ensure that next elections are free and fair

⁷ The first past the post

Joyce Banda desistiu da corrida e endossou a candidatura de Lazarus Chakwera, do partido independentista MCP. Lembrar que Joyce Banda era vice-Presidente de Bingu wa Mutharika e, com a morte deste, ela ascendeu à posição de Presidente do

Malawi. Mas para tal, Joyce Banda teve que se impor face às tentativas do círculo mais restrito do falecido Presidente, liderado por Peter Mutharika, de reverter a ordem constitucional para impedir a sua ascensão à liderança do Malawi.

Antes mesmo da divulgação dos resultados eleitorais, a oposição apresentou queixa de ter havido irregularidades, destacadamente o uso de editais não originais; editais originais rasurados e com números alterados com recurso à tinta (vide figura 1, abaixo).

No total, a oposição contestava resultados de 10 distritos e remeteu 174 casos ao tribunal, via Comissão Eleitoral do Malawi (MEC), alegando que estavam em causa entre 1.500 e 1.700 votos, números bastantes para alterar os resultados. Os apoiantes da oposição organizaram manifestações nos meses de Maio, Junho e Julho de 2019, que quase paralisaram o país. Nas suas marchas, os manifestantes acusavam o Presidente Peter Mutharika e a Presidente da Comissão Eleitoral do Malawi, Jane Ansah, de terem orquestrado a fraude eleitoral. Os jovens saíram às ruas para pedir a resignação da Jane Ansah. Em reacção, grupos de mulheres organizaram campanhas de solidariedade a Jane Ansah, vestindo camisetas que ostentavam: "I am Jane Ansah"⁸, uma clara alegação de que a Presidente da MEC estava a ser vítima de discriminação de género.

O Tribunal Supremo ordenou a verificação dos casos reportados antes da publicação dos resultados. Algumas missões de observação eleitoral foram muito cautelosas na avaliação do processo eleitoral, uma estratégia para evitar problemas de credibilidade internacional como aconteceu nas eleições do Kenya em 2017; e na República Democrática do Congo, em 2018. Em sentido contrário, as missões africanas saudaram o processo eleitoral do Malawi.

Miroslav Poche, chefe da missão da União Europeia, disse, no *statement preliminar*, a 23 de Maio, que a votação tinha sido ordeira, mas denunciou um desnível no campo de competição eleitoral⁹. Até hoje, a União Europeia ainda não apresentou o Relatório Final da Missão de Observação Eleitoral no Malawi. Thabo Mbeki, o antigo Presidente da África do Sul que liderou a missão de observação eleitoral da Commonwealth, disse, no dia 23 de Maio, que era ainda prematuro para declarar o processo justo, mas, mais tarde, mudou de tom, e disse que as eleições tinham sido ordeiras.

O tribunal da primeira instância chumbou todos os casos remetidos pela oposição, decisão que abriu caminho para que a 27

Figura 1: Exemplo de edital rasurado com tinta

16 Mangochi, 116 Mangochi Monkey

MALAWI ELECTORAL COMMISSION
PARLIAMENTARY ELECTIONS - POLLING STATION

Polling Station Code & Name: 16197 Sangadzi I School

STATION TOTAL	S1	S2	STAT
1 3 0 0	880	500	ONE THOUSAND THREE
0 3 9 4	354	43	THREE HUNDRED AN
0 0 0 6	1	5	ONE HUNDRED AN
0 0 0 0	000	000	SIXTY FIVE ZE
0 9 0 0	448	452	NINE HUNDRED A
0 9 0 0	448	452	NINE HUNDRED A
0 0 5 2	023	003	FIFTY TWO
0 0 0 7	003	004	SEVEN AHLE. SE
0 0 0 6	002	004	SIX.
0 3 7 5	172	183	THREE HUNDRED AND
0 0 1 7	011	006	SEVEN
0 3 3 4	158	175	THREE HUNDRED
0 0 6 9	037	032	SIXTY NINE
0 0 4 1	022	019	FOURTY ONE

E. J. NKA PITA
Signature of Presiding Officer

8 Eu sou Jane Ansah.

9 the playing field was not level.

de Maio a Presidente da MEC apresentasse os resultados finais em Blantyre e não Lilongwe, a capital política. Com base nestes resultados, o Presidente Peter Mutharika, 78 anos, que chegou ao poder em 2014, correu para organizar a tomada de posse no dia 28 de Maio, no Kamuzu Stadium, também em Blantyre, numa cerimónia liderada pelo Chefe da Justiça, Andrew Nyirenda. Mas Saulos Chilima e Lazarus Chakwera juntaram forças, consolidaram as evidências e recorreram ao Tribunal Supremo para

anular os resultados da eleição presidencial. O Tribunal Supremo constituiu um painel de cinco juízes, designado Constitutional Court (Con-court), para cuidar do caso. Portanto, isto mostra que no Malawi não existe um órgão permanente equivalente a um Tribunal Constitucional, mas sim um painel de juízes que é constituído pelo Tribunal Supremo sempre que há matéria e necessidade. Findo o processo para o qual foi criado, o Con-court é dissolvido e as suas decisões são recorríveis junto do Tribunal Supremo.

Os advogados da Presidência da República e do MEC trabalharam juntos na argumentação para persuadir o Tribunal Supremo a descartar a petição de Saulos Chilima e Lazarus Chakwera. Mas o Tribunal Supremo manteve-se firme. Os juízes do Con-court foram alvos de atentados de morte e de tentativas de suborno, o que levou à detenção de um importante empresário que agia em nome do DPP, o partido do Presidente Peter Mutharika.

4. Factores decisivos

Há importantes factores que contribuíram para que os malawianos e o mundo testemunhassem o histórico veredicto. Na verdade, este veredicto faz jus não somente à vibrante democracia, mas também justifica porquê o Malawi é, à semelhança da Zâmbia, os poucos países da região que conheceram uma alternância democrática.

- **População malawiana e Sociedade civil**

Um dos países pobres de África, Malawi tem uma população muito activa. A elevada percentagem de participação eleitoral é indicativa desse activismo. Nas manifestações de Maio, Junho e Julho de 2019, a população mobilizou-se e saiu às ruas em números históricos. Numa das manifestações, foram contabilizados perto de um (1) milhão de manifestantes percorrendo, de forma pacífica, as ruas de Lilongwe e exigindo justiça eleitoral.

O papel mobilizador da sociedade civil também foi determinante. Timothy Mtambo, Presidente da *Human Rights Defenders Coalition* (HRDC), Director executivo da *Centre for Human Rights and Rehabilitation* (CHRR) e vice-Presidente da *Southern Africa Human Rights Defenders Network* é o grande nome e rosto público da luta pela justiça eleitoral no Malawi. Basta lembrar que a 10 de Outubro, Timothy Mtambo sofreu uma tentativa de assassinato com várias balas disparadas contra a sua viatura, nos arredores de Lilongwe. Sobreviveu ao atentado e continuou a liderar a luta pela justiça eleitoral.

- **Malawi Defense Force – Forças Armadas do Malawi (MDF)**

Contrariamente aos países que tiveram uma luta de libertação nacional, como Moçambique, Zimbabwe, Angola, só para

citar os exemplos mais problemáticos, no Malawi, as Forças Armadas sempre tiveram um papel e posicionamento de apoio ao processo democrático e uma obediência exclusiva à ordem constitucional. Ou seja, as Forças Armadas do Malawi sempre encarnaram o espírito republicano e mantiveram-se longe de apoios político partidários. Mas como o pequeno país chegou a este nível?

Os militares tiveram um papel central na abertura democrática. Em 1993, o Malawi



Nas manifestações de Maio, Junho e Julho de 2019, a população mobilizou-se e saiu às ruas em números históricos. Numa das manifestações, foram contabilizados perto de um (1) milhão de manifestantes percorrendo, de forma pacífica, as ruas de Lilongwe e exigindo justiça eleitoral.

Defense Force (MDF) foi determinante no desmantelamento da ditadura de Kamuzu Banda. Depois de anunciar eleições democráticas, Banda preparava, em paralelo, os *Malawi Young Pioneers*, uma espécie de para-militares, para perturbar a transição democrática. Numa noite conhecida por “*Bwezani*”, que significa ‘tomar de volta’, as Forças Armadas desmantelaram os *Malawi Young Pioneers*, marcando o ponto vital na ideologia do exército malawiano. Os militares mostraram desinteresse nos assuntos políticos e garantiram o andamento dos processos democráticos para que Malawi fosse governado por civis.

Em Abril de 2012, quando morreu o Presidente Bingu wa Mutharika, circularam rumores que indicavam que estava a ser preparado um golpe à Constituição para impedir que a vice-Presidente, Joyce Banda, fosse empossada como Presidente do Malawi. As Forças Armadas, sob liderança do general Henry Odillo, intervieram e asseguraram que Joyce Banda fosse empossada como legal e legítima Presidente do Malawi. Foi este nível de profissionalismo e respeito à ordem constitucional que assegurou a transição pacífica do poder do falecido Presidente Bingu wa Mutharika para a vice-Presidente Joyce Banda.

O mesmo profissionalismo e respeito à ordem constitucional que têm guiado o MDF desde que a crise eleitoral iniciou. O Exército esteve sempre do lado da população, apoiando e protegendo as manifestações pacíficas da população. Uma postura que muitas vezes tem sido contrária à actuação da Polícia, que claramente tem estado a apoiar o regime do Presidente Peter Mutharika. Não admira que a segurança dos juízes do Con-court seja garantida por efectivos do MDF e não pela Polícia.

No hotel Ufulu Gardens, onde está baseado o CDD, estão também os juizes do Con-court responsáveis pelo histórico veredicto. São protegidos por 40 militares. Não há nenhum agente da Polícia. Foi num carro blindado do MDF que foram transportados para o Tribunal e do Tribunal para o hotel. O MDF tem estado a proteger a ordem democrática e a marchar lado a lado com a população.

- **A Independência do poder judicial**

Enquanto o Parlamento tem sido disfuncional e instável, o Executivo a puxar ao limite o seu poder, o Judiciário tem sido o pilar da emergente democracia malawiana. Nas problemáticas eleições de 2014, o poder judicial voltou a mostrar a sua centralidade na defesa da democracia e do interesse público, ao impedir as tentativas da então Presidente Joyce Banda de anular, de forma inconstitucional, os resultados das eleições para manter-se no poder. O poder judicial apoiou a Comissão Eleitoral do Malawi na decisão de divulgar os resultados eleitorais dentro de oito (8) dias estabelecidos pela lei eleitoral.

No caso aqui em apreço, os juizes do painel do Con-court denunciaram tentativas de corrupção por parte do poder executivo. Como dizia um importante observador sobre a independência do poder judicial malawiano, *"the fundamentals are in place"*, ou seja, os pilares estão no lugar!

Fotografia 1: Juizes a chegarem ao hotel, ontem, à noite



Os juizes do Con-court foram protegidos pelas Forças Armadas do Malawi

5. Mas qual foi a força motriz desses acontecimentos marcantes?

Com tudo considerado (papel da população e da sociedade civil; a integridade do MDF e a independência do poder judicial), foi a violação dos Direitos Humanos que estimulou a força enérgica mostrada pela população e

activou a moral do MDF e do poder judicial. Foi o atentado contra Timothy Mtambo, Presidente da *Human Rights Defenders Coalition* (HRDC), Director executivo da *Centre for Human Rights and Rehabilitatim*

(CHRR) e vice-Presidente da *Southern Africa Human Rights Defenders Network*; a morte dum activista por um agente da Polícia nas manifestações que mobilizaram a sociedade para o 'ponto sem volta'.

6. Possíveis cenários

O veredicto do Con-court é passível de recurso junto do Tribunal Supremo, mas não se espera que o DPP de Peter Mutharika avance nessa direcção. Tudo indica que Mutharika deverá se preparar para enfrentar a nova eleição presidencial. Há claramente um sentimento público anti-Mutharika que se fixou em Blantyre, seu bastião. Veio a Lilongwe apenas uma única vez desde que tomou posse a 28 de Maio de 2019. Lilongwe, capital politica, é o bastião da oposição.

Aparentemente, Peter Mutharika precisa do poder para proteger-se da implacável Justiça e dos seus adversários políticos. Tem os recursos do Estado para fazer uma campanha eleitoral decente, mas a moldura humana que em Maio, Junho, Julho e, mais recentemente, em Janeiro de 2020, saiu às ruas para exigir justiça eleitoral mostra que Mutharika vai ter muitas dificuldades para reeleger-se.

Naverdade, os problemas de Peter Mutharika são muito mais profundos. O veredicto

do Con-court ordenou que o Parlamento se reunisse para analisar questões de governação eleitoral. Apesar de ter maioria no Parlamento, o DPP de Mutharika não conseguiu eleger a Presidência e vice-Presidência do Parlamento. Apesar de controlar a Administração Pública, não controla as Forças Armadas e o poder judicial. Portanto, apesar de ter 150 dias, tem pouco espaço de manobra.

Contrariamente ao caso do Kenya de 2017, no Malawi haverá novas eleições com

novo boletim de voto. Isto abre caminho para que os dois candidatos da oposição, nomeadamente Saulos Chilima e Lazarus Chakwera, trabalhem juntos, mas os egos podem impedir que isso aconteça. A opinião pública indica que Lazarus Chakwera não só venceu a eleição de 21 de Maio de 2019, mas também a de 2014, que conduziu de forma fraudulenta Peter Mutharika e o seu DPP ao poder.

Em 2014, o DPP estava na oposição e o poder estava nas mãos do *People's Party*, da Joyce Banda. Então, um partido da oposição teria feito fraude eleitoral? Este cenário é possível: Joyce Banda chegou ao poder pelo cartão do DPP. Já no poder, Joyce fundou o seu partido, *People's Party*, com o qual governou, relegando o DPP para a oposição.

Tudo indica que, na votação de Maio de 2019, foi Saulos Chilima quem tirou votos tanto do Peter Mutharika, seu antigo chefe, como do Lazarus Chakwera, impedindo que este fosse eleito Presidente. A Presidente do MEC, Jane Ansah, declarou Peter Mutharika como vencedor com 38.57% dos votos, com apenas mais 3.16% acima do Lazarus Chakwera, que

teve 35,41% dos votos.

Os resultados mostram claramente que Saulos Chilima foi o principal derrotado nas eleições de 2019. Os oito (8) meses na oposição podem ter servido de lição para ficar mais humilde e sentir a necessidade de colaborar com Lazarus Chakwera. Mas há um outro cenário provável: uma vez regressado ao posto de vice-Presidente, Chilima pode tentar empurrar para fora da Presidência, através de um compromisso de protecção, o desacreditado Peter Mutharika, e assumir a Presidência da República. Uma vez assumida a liderança do Malawi, Chilima pode ensaiar um regresso ao DPP para posteriormente promover uma fusão com o *United Transformation Movement* (UTM). Portanto, pode haver (i) colaboração da oposição contra o Presidente Peter Mutharika; (ii) uma repetição do boletim de voto tal como era em 2019, ou seja, os três candidatos a concorrem, todos contra todos; ou (iii) um frente-a-frente entre Saulos Chilima e Lazarus Chakwera, num cenário em que o Presidente Peter Mutharika estaria fora de jogo. O nome de Lazarus Chakwera do MCP é celebrado nas ruas de Lilongwe, pelo que sua vitória seria o regresso ao

poder do partido fundador do Malawi.

Na eleição presidencial que será realizada dentro de 150 dias espera-se um processo transparente, pois toda a Comissão Eleitoral será substituída, incluindo a máquina da administração eleitoral. Esperava-se ainda que a eleição seja justa, pois o Parlamento deverá legislar a favor da reposição da verdade conceptual do princípio do sistema eleitoral maioritário, estabelecendo que o vencedor deve reunir 50+1 por cento dos votos. Sem um vencedor com esta margem, vai-se à segunda volta, na qual será declarado vencedor o candidato que tiver maior número de votos.

Conjecturas à parte, com este veredicto, os malawianos fizeram história. O 03 de Fevereiro foi, segundo os malawianos, o terceiro dia mais importante das duas vidas. O primeiro foi em 1964 quando conquistaram a Independência Nacional; o segundo em 1994, com a introdução do multipartidarismo. 03 de Fevereiro foi o dia em que a maturidade democrática foi testada e espera-se que tenha implicações na região com particular destaque para Moçambique.



INFORMAÇÃO EDITORIAL

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: João Nhabanga Tinga
Autor: Adriano Nuvunga
Equipa Técnica: João Nhabanga Tinga, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Denise Cruz, Isabel Macamo.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
 Telefone: 21 41 83 36

CDD Centro para Democracia e Desenvolvimento

[CDD_eleicoes](#) | [E-mail: info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org) | [Website: www.cddmoz.org/eleicoes](http://www.cddmoz.org/eleicoes)

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica



COUNTERPART INTERNATIONAL



Schweizerische Eidgenossenschaft
 Confédération suisse
 Confederazione Svizzera
 Confederaziun svizra
 Embaixada da Suíça em Moçambique



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO